

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM – PE
CONCURSO PÚBLICO 2012

15 QUESTÕES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Fábula: O leão apaixonado

Certa vez um leão se apaixonou pela filha de um lenhador e foi pedir a mão dela em casamento. O lenhador não ficou muito animado com a ideia de ver a filha com um marido perigoso daqueles e disse ao leão que era muita honra, mas muito obrigado, não queria. O leão se irritou; sentindo o perigo, o homem foi esperto e fingiu que concordava:

- É uma honra, meu senhor. Mas que dentes o senhor tem! Que garras compridas! Qualquer moça ia ficar com medo. Se o senhor quer casar com minha filha, vai ter que arrancar os dentes e cortar as garras.

O leão apaixonado foi correndo fazer o que o outro tinha mandado; depois voltou à casa do pai da moça e repetiu seu pedido de casamento. Mas o lenhador, que já não sentia medo daquele leão manso e desarmado, pegou um pau e tocou o leão para fora de sua casa.

Moral: Quem perde a cabeça por amor sempre acaba mal.

01. A fábula de Esopo:

- A. Não trata de nenhum tema específico.
- B. Pretende mostrar a estratificação social.
- C. Se utiliza de animais para denunciar o preconceito.
- D. Trata uma história de amor impossível.
- E. Denuncia a condição da mulher em nossa sociedade.

02. A fábula começa apresentando o leão e logo nos vêm à mente todas as características tradicionalmente atribuídas ao animal. Ao final da narrativa, porém, percebemos que o leão foi:

- A. Submisso
- B. Corajoso
- C. Cruel
- D. Justo
- E. Insano

03. Aponte a alternativa que contém uma característica pertinente ao texto:

- A. O tempo e o espaço em que os fatos se dão estão bem definidos.
- B. É uma narrativa curta, por isso não apresenta os elementos básicos da narrativa.
- C. Título insignificante para a trama.
- D. Encerra em si uma linguagem simples, pois dirige-se ao povo.
- E. Personagens são apenas animais que apresentam comportamento humano.

04. Considere as três afirmações abaixo acerca do texto lido:

- I. Apesar de tratar-se de uma narrativa é possível que consideremos algumas passagens argumentativas.
- II. Apresenta uma situação problemática, ou seja, existe um conflito.
- III. É narrado em 3ª pessoa.

Diante da análise acima, podemos afirmar que:

- A. I e II estão corretas.
- B. Apenas III está correta.
- C. I, II e III estão corretas.
- D. Apenas I está correta.
- E. I e III estão corretas.

05. O texto está repleto de adjetivos. Qual o papel fundamental deles na fábula?

- A. Caracterizar os personagens e a partir disso permear as ações sendo determinantes para o conflito e o desfecho da narrativa.
- B. Construir o próprio sentido do texto, sem adjetivos para sustentar a fábula, ela não se realiza como gênero textual.
- C. Nenhum, pois os adjetivos formam uma classe gramatical meramente alegórica.
- D. Mostrar a constância nas atitudes e pensamentos das personagens, fluindo para um desfecho claro e previsível.
- E. Acompanhar as mudanças no caráter do lenhador como personagem dotada de real humanidade.

06. A narrativa traz verbos no pretérito perfeito como ‘fingiu’ e ‘voltou’. O que a escolha desse tempo denota?

- A. Ações passadas, narrador descrevendo como os fatos iam prosseguindo.
- B. Ações iniciadas no passado, narrador prolongando o fato ocorrido.
- C. Ações passadas, ação ocorrendo até o momento da fala.
- D. Ações acabadas, distanciamento do narrador.
- E. Ações com valor de passado, narrador não conhece todas as nuances da história.

07. Em “mas que dentes o senhor tem!” A palavra sublinhada:

- A. Tem valor de contraste.
- B. Tem a função de realce.
- C. Dá a ideia de conformidade.
- D. Introduce uma hipérbole.
- E. É um aposto.

08. ‘Se o senhor quer casar com minha filha, vai ter que arrancar os dentes e cortar as garras.’ Em relação ao valor semântico da conjunção sublinhada:

- A. É de concessão
- B. É de adição
- C. É de contraste
- D. É de alternância
- E. É de condição

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM – PE
CONCURSO PÚBLICO 2012

09. Em qual das alternativas NÃO houve erro no emprego da vírgula?

- A. O ministro das Comunicações Paulo Bernardo, disse que a melhoria da qualidade do serviço de telefonia móvel ainda vai demorar a ser percebida pelos usuários.
- B. "Os problemas, levarão meses para serem solucionados e nós não temos a pretensão de proibir as vendas durante esse tempo todo", afirmou.
- C. Segundo ele, o governo espera que as companhias apresentem um plano com "início meio e fim" para a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) indicando as medidas que tomarão, para satisfazer o usuário.
- D. "Não temos expectativa de que rapidamente vamos resolver todos os nossos problemas. Mas é possível apontar soluções, os caminhos, assumir compromissos públicos e a partir daí executar um plano", completou.
- E. Na tarde desta quarta-feira (25) o ministro recebeu o presidente-executivo do, Grupo Telecom Itália, Franco Bernabè, para conversar sobre a estratégia da empresa, dona da TIM, de solucionar o problema.

Capitulação

Delivery

Até para telepizza

É um exagero.

Há quem negue?

Um povo com vergonha

Da própria língua.

Já está entregue.

Luís Fernando Veríssimo

10. Qual a relação entre o título do poema e o texto?

- A. O estrangeirismo é mais um capítulo na série de situações em que o povo demonstra envergonhar-se da língua portuguesa.
- B. O povo rendeu-se aos estrangeirismos por vergonha da própria língua.
- C. Como significa 'exagero', o título é uma resumo do tema do texto.
- D. Na verdade, o texto fala mais sobre entrega do que sobre capitulação.
- E. O hábito de não só usar os estrangeirismos, como também de grafá-los em letra maiúsculas.

11. 'Há quem negue?' De acordo com as normas gramaticais o verbo 'haver' na frase:

- A. É impessoal, por isso o sujeito está explícito.
- B. É impessoal, pois tem o sentido de 'existir'.
- C. Verbo na terceira pessoa do singular, unipessoal.
- D. Empregado na terceira pessoa sem seguir nenhum tempo verbal.
- E. É um verbo auxiliar.



12. No último quadrinho o emprego do pronome oblíquo obedece a qual regra?

- A. Não se iniciam frases com pronome oblíquo.
- B. Frases com orações reduzidas de gerúndio, ocorre a ênclise.
- C. A ênclise deve ser empregada nas orações imperativas afirmativas.
- D. O infinitivo não está flexionado.
- E. O verbo é precedido por uma conjunção subordinativa.

Um grupo de juízes eleitorais está usando a nova Lei de Acesso à Informação para obrigar candidatos a divulgar, antes mesmo das eleições, quem são os doadores de suas campanhas.

Atualmente, a legislação eleitoral permite que os nomes sejam fornecidos aos tribunais eleitorais depois do pleito.

Pelo menos três atos normativos que usaram a lei como base foram baixados por juízes do Maranhão e de Mato Grosso.

O último foi da Justiça Eleitoral em Poconé (100 km de Cuiabá), que determinou nesta terça-feira (24) que os 65 candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereador no município informem quem são os doadores e quanto dinheiro entrou nas campanhas.

Há duas semanas, um outro juiz também determinou a mesma medida para os candidatos de Cáceres, no sul de Mato Grosso.

De acordo com os atos, os dados deverão ser informados no envio de cada prestação de contas parcial aos tribunais regionais eleitorais locais, no início de agosto e de novo em setembro, e não depois de outubro, como é previsto na legislação.

Os candidatos que não quiserem fornecer os dados podem entrar com mandados de segurança na Justiça local.

13. Que outra palavra abaixo é acentuada pela mesma regra que 'juízes'?

- A. raíñas
- B. baú
- C. ônibus
- D. ministério
- E. útil

14. Os candidatos que não quiserem fornecer os dados podem entrar com mandados de segurança na Justiça local. O termo sublinhado tem a função de:

- A. Universalizar o vocábulo 'dados'.
- B. Especificar o termo 'dados'.
- C. Explicitar uma ideia contida no verbo 'fornecer'.
- D. Indicar uma pausa entre 'candidato' e 'mandados'.
- E. Restringir o sentido da palavra 'candidato'.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM – PE
CONCURSO PÚBLICO 2012

15. 'divulgar, antes mesmo das eleições, quem são os doadores de suas campanhas.'. O termo sublinhado é classificado como:

- A. Vocativo.
- B. Adjunto adverbial.
- C. Aposto.
- D. Objeto direto preposicionado.
- E. Objeto direto.

**25 QUESTÕES DE CONHECIMENTOS
ESPECÍFICOS**

16. Do Código Tributário Brasileiro, Artigo 21, da obrigação tributária; Os contribuintes, ou quaisquer responsáveis facilitarão, por todos os meios, o lançamento, a fiscalização e a cobrança dos tributos devidos à Fazenda Pública Municipal, ficando especialmente obrigados a comunicar à Fazenda Municipal dentro de _____, contados a partir da ocorrência, qualquer alteração capaz de gerar, modificar ou extinguir obrigação tributária;

A alternativa que preenche corretamente a lacuna é:

- A. 10 dias
- B. 15 dias
- C. 30 dias
- D. 45 dias
- E. 60 dias

17. Para o entendimento do direito administrativo, tem-se como base as ênfases na Teoria Geral da Administração que incluem, EXCETO:

- A. Ênfase nas tarefas: é o foco das teorias que consideram a administração uma ciência aplicada na racionalização e no planejamento das atividades operacionais.
- B. Ênfase nas estruturas: é o foco das teorias que consideram a administração uma ciência que cuida da configuração e estruturação das organizações.
- C. Ênfase nas relações empresariais: é o foco das teorias que consideram a administração uma ciência aplicada sobre as pessoas e suas atividades dentro das organizações.
- D. Ênfase na tecnologia: é o foco das teorias que consideram a administração uma ciência que cuida da aplicação bem-sucedida da tecnologia na atividade organizacional.
- E. Ênfase no ambiente: é o foco das teorias que consideram a administração uma ciência que busca a adequação das organizações às demandas e situações que ocorrem em seu contexto externo.

18. De acordo com a Constituição do Estado de Pernambuco, Capítulo II; dos Orçamentos, Sobre as vedações do artigo 128, é INCORRETO afirmar:

- A. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.

- B. A concessão ou utilização de créditos ilimitados.
- C. A abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa ou sem indicação dos recursos correspondentes.
- D. A realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com a finalidade precisa, aprovados pela Assembleia Legislativa por maioria absoluta.
- E. O início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual.

19. São regras do Sistema Tributário Nacional, EXCETO:

- A. A modificação da base de cálculo que torne o imposto mais oneroso equipara-se à majoração; (Art. 97, § 1º).
- B. A atualização do valor monetário da base de cálculo pode ou não constituir majoração; (Art. 97, § 2º).
- C. Não é exigível, sob pretexto de analogia, imposto imprevisto; (Art. 108, § 1º).
- D. Não é dispensável, sobre pretexto de equidade, tributo devido; (Art. 108, § 2º).
- E. Os princípios gerais de direito privado não definem os efeitos tributários. (Art. 109).

20. Quanto a Lei Nº 9.394/96, Título III, Do Direito à Educação e do Dever de Educar; Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de, EXCETO:

- A. Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.
- B. Universalização do ensino médio gratuito.
- C. Atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino.
- D. Atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a cinco anos de idade.
- E. Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.

21. Por meio da habilitação jurídica averigua-se a capacidade do licitante para exercer direitos e contrair obrigações. Os seguintes documentos demonstram tal habilitação, EXCETO:

- A. Pessoa física: cédula de identidade.
- B. Empresas individuais: registro comercial.
- C. LTDA: contrato social registrado na Junta Comercial.
- D. S/A: estatuto social registrado na Junta Comercial + documento de eleição dos administradores.
- E. Sociedades civis: decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

22. Referente às normas da competência tributária é INCORRETO afirmar:

- A. A competência legislativa pertence à entidade pública a que tenha sido distribuída a receita respectiva, no todo ou em parte.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM – PE
CONCURSO PÚBLICO 2012

- B. A competência é indelegável, salvo quando conferida por uma entidade a outra, para: arrecadar ou fiscalizar tributos; executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas.
- C. A atribuição de competência: compreende garantias e privilégios processuais que competem à entidade que a conferir; é irrevogável por ato unilateral.
- D. Não constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou função de arrecadar tributos.
- E. O não-exercício da competência não a defere a entidade pública diversa daquela a que a Constituição a tenha atribuído.

23. De acordo com o Decreto-Lei Nº 2.848/40; Da Aplicação Penal (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984); Em seu Artigo 313 - Apropriar-se de dinheiro ou qualquer utilidade que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem requer a seguinte pena:

- A. Reclusão, de 1 a 4 anos, e multa.
- B. Detenção, de 6 meses a 2 anos, e multa.
- C. Reclusão, de 6 meses a 4 anos, e multa.
- D. Reclusão, de 1 a 5 anos, e multa.
- E. Detenção, de 6 meses a 5 anos, e multa.

24. Observe os conceitos sobre aplicação penal e indique a **NÃO CORRETA**:

- A. Anterioridade da lei: Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal.
- B. Lei penal no tempo: Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.
- C. Lei excepcional: A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.
- D. Tempo do crime: Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
- E. Territorialidade: Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.

25. Os elementos do fato típico culposo são, **EXCETO**:

- A. A conduta humana e voluntária, de fazer ou não fazer.
- B. A previsibilidade subjetiva.
- C. A ausência de previsão.
- D. O resultado involuntário.
- E. O nexo de causalidade e a tipicidade.

26. De acordo com o Decreto-Lei Nº 2.848/40; no artigo 289 – quem falsificar, fabricando-a ou alterando-a, moeda metálica ou papel-moeda de curso legal no país ou no estrangeiro terá como pena:

- A. Reclusão, de 3 a 12 anos, e multa.

- B. Reclusão, de 10 a 15 anos, e multa.
- C. Reclusão, de 13 a 22 anos, e multa.
- D. Reclusão, de 2 a 8 anos, e multa.
- E. Reclusão, de 4 a 11 anos, e multa.

27. Auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida, em razão do exercício de cargo, mandato, função emprego ou atividades públicas. Pode ter como pena, **EXCETO**:

- A. Perda de bens ou valores acrescidos ao patrimônio.
- B. Ressarcimento total do dano, quando houver.
- C. Perda da função pública; suspensão dos direitos políticos de 8 à 10 anos.
- D. Multa civil de até 3 vezes o valor do acréscimo ao patrimônio.
- E. Proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais e creditícios por 5 anos.

28. Sobre habeas corpus é **INCORRETO** afirmar:

- A. A pessoa que requer o habeas corpus é denominada impetrante e a que está sofrendo a violência ou coação ilegal na liberdade de locomoção é chamado de paciente.
- B. O sujeito ativo da coação ilegal ou violência é o coator ou autoridade coatora.
- C. O habeas corpus deverá ser impetrado diretamente contra o coator, que poderá ser tanto particular (ato de ilegalidade), como autoridade - promotor de justiça, delegado de polícia, juiz de direito, tribunal. - (ilegalidade e abuso de poder).
- D. Pode ser feito de forma coletiva, porém, deve se dar preferência a individual.
- E. Não haverá habeas corpus em relação ao mérito das punições disciplinares militares.

29. De acordo com o Decreto-Lei 201/67, Art. 6º Extingue-se o mandato de Prefeito, e, assim, deve ser declarado pelo Presidente da Câmara de Vereadores, quando:

- I. Utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa.
- II. Ocorrer falecimento, renúncia por escrito, cassação dos direitos políticos, ou condenação por crime funcional ou eleitoral.
- III. Fixar residência fora do Município.
- IV. Deixar de tomar posse, sem motivo justo aceito pela Câmara, dentro do prazo estabelecido em lei.
- V. Incidir nos impedimentos para o exercício do cargo, estabelecidos em lei, e não se desincompatibilizar até a posse, e, nos casos supervenientes, no prazo que a lei ou a Câmara fixar.
- VI. Proceder de modo incompatível com a dignidade, da Câmara ou faltar com o decoro na sua conduta pública.

Estão **CORRETOS**:

- A. I, II, III, V
- B. II, IV, V

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM – PE
CONCURSO PÚBLICO 2012

- C. III, V, VI
- D. I, II, IV
- E. I, II, III, IV, V, VI

30. “Pode ser usado quando na falta de norma regulamentadora que possa tornar inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania”.

Esta é a definição de:

- A. Ação Popular
- B. Direito popular
- C. Mandado de Injunção
- D. Mandado de Segurança Individual
- E. Habeas Data

31. A Lei Nº 8.429/92, Seção III; Dos Atos de Improbidade Administrativa que atentam Contra os Princípios da Administração Pública; Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:

- I. Praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência.
- II. Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, atos públicos.
- III. Revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo.
- IV. Negar publicidade aos atos oficiais.
- V. Frustrar a licitude de concurso público.
- VI. Revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.

Estão CORRETAS:

- A. Nenhuma alternativa
- B. III, IV, V
- C. II, IV, VI
- D. I, III, IV, V, VI
- E. I, II, III, IV, V, VI

32. Referente à Lei Nº 101/2000 é INCORRETO afirmar:

- A. Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.
- B. O refinanciamento da dívida pública constará separadamente na lei orçamentária e nas de crédito adicional.
- C. A atualização monetária do valor principal da dívida mobiliária refinanciada não poderá superar a variação do índice de preços previsto na lei orçamentária anual.
- D. É vedado consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

E. Integrarão as despesas da União, e serão incluídas na lei orçamentária, as do Banco Central do Brasil relativas a pessoal e encargos sociais, custeio administrativo, inclusive os destinados a benefícios e assistência aos servidores, e a investimentos.

33. Referente à Lei Nº 11.494/07; Art. 3º Os Fundos, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, são compostos por 20% (vinte por cento) das seguintes fontes de receita, EXCETO:

- A. Imposto sobre transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos previsto no inciso I do caput do art. 155 da Constituição Federal.
- B. Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transportes interestadual e intermunicipal e de comunicação previsto no inciso II do caput do art. 155 combinado com o inciso IV do caput do art. 158 da Constituição Federal.
- C. Imposto sobre a propriedade de veículos automotores previsto no inciso III do caput do art. 155 combinado com o inciso III do caput do art. 158 da Constituição Federal.
- D. Parcela do produto da arrecadação do imposto que a União eventualmente instituir no exercício da competência que lhe é atribuída pelo inciso I do caput do art. 154 da Constituição Federal prevista no inciso II do caput do art. 157 da Constituição Federal.
- E. Parcela do produto da arrecadação do imposto sobre a propriedade territorial rural, relativamente a imóveis situados nos Estados, prevista no inciso II do caput do art. 158 da Constituição Federal.

34. De acordo com a Constituição Estadual de Pernambuco Art. 161. As ações e serviços públicos de saúde e os privados, que por contrato ou convênio os complementem, compõem uma rede regionalizada e hierarquizada e integram o Sistema Único de Saúde, organizado de acordo com as seguintes diretrizes, EXCETO:

- A. Integração das Ações dos Municípios ao Sistema Único de Saúde.
- B. Descentralização dos serviços e ações de saúde, com posterior regionalização, de forma a apoiar os Municípios.
- C. Integralidade na prestação das ações preventivas e curativas, adequadas às realidades epidemiológicas.
- D. A integralidade do setor público de prestação de serviços de saúde e o setor privado suplementar constituirão uma rede a ser regulamentada nos termos da Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde.
- E. Participação de entidades representativas de usuários e profissionais de saúde na formulação e controle das suas políticas e ações na esfera estadual e municipal, através da constituição de Conselhos Estadual e Municipais de Saúde, deliberativos e paritários.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM – PE
CONCURSO PÚBLICO 2012

35. O contrato de trabalho é contrato de Direito privado, que possui as seguintes características, EXCETO:

- A. Consensual
- B. Sinalagmático
- C. Não comutativo
- D. De trato sucessivo
- E. Oneroso

36. O percentual para as despesas com pessoal válido para união não deve ultrapassar que porcentagem da receita corrente líquida?

- A. 30% da RCL
- B. 40% da RCL
- C. 50% da RCL
- D. 60% da RCL
- E. 70% da RCL

37. Sobre a Constituição e suas classificações é INCORRETO afirmar:

- A. Origem: promulgada ou outorgada.
- B. Estabilidade: Imutável, flexível, rígida e semi-flexível.
- C. Conteúdo: sentido material ou imaterial.
- D. Elaboração: dogmática ou histórica.
- E. Finalidade: dirigente ou negativa.

38. O artigo 456 do Código de Processo Civil prevê que encerrado o debate ou oferecidos os memoriais, o juiz proferirá a sentença:

- A. Desde logo apenas.
- B. Desde logo ou no prazo de cinco dias.
- C. Desde logo ou no prazo de dez dias.
- D. Após o prazo de dez dias.
- E. Após 24 horas do encerramento.

39. Entre as principais mudanças ditadas pela Emenda Constitucional nº 20/1998 estão, EXCETO:

- A. Caráter contributivo e equilíbrio financeiro e atuarial.
- B. Teto para proventos e pensões – vencimento do cargo efetivo.
- C. Regra permanente – ter 35 ou 30 anos de contribuição + 60 ou 55 anos de idade para homens ou mulheres, respectivamente, estar a 10 anos de serviço público e 5 anos no cargo efetivo.
- D. Regra de transição – aposentadoria aos 51 ou 48 anos + 20% ou 40% de pedágio e estar a 5 anos no cargo efetivo.
- E. Regra de cálculo da pensão por morte diferenciado.

40. Ação Penal rescisória é promovida originariamente perante o tribunal competente, para que, nos casos expressamente previstos em lei, seja efetuado o reexame de um processo já encerrado por decisão transitada em julgado.

Refere-se a seu cabimento, EXCETO:

- A. Quando a sentença condenatória for contrária a texto expresso da lei penal.
- B. Quando a sentença condenatória for contrária a evidências dos autos.
- C. Quando a sentença condenatória se fundar em provas comprovadamente falsas.
- D. Quando surgirem novas provas da inocência do condenado.
- E. Quando surgirem novas provas de circunstância que autorize o aumento da pena.